

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.813 - MG (2019/0299430-7)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : R L B R**  
**ADVOGADO : ADRIANO AUGUSTO SOARES - MG163053**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

O recorrente, que pode vir a ser acusado de estupro ou de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de adolescente, interpõe recurso ordinário, no qual alega ser vítima de constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal de origem, que denegou a ordem lá impetrada, na qual pretendia a revogação da preventiva.

Em suas razões, a defesa afirma, em síntese, que inexistente motivação concreta que justifique a medida coercitiva, sobretudo porque o recorrente é primário, trabalha como ajudante de pedreiro e possui residência fixa. Requer, liminarmente, seja desconstituída a prisão cautelar ou imposta medidas cautelares diversas.

Em que pesem os argumentos expostos no *writ*, observo, em princípio, que a decisão constritiva logrou demonstrar a gravidade do delito concretamente perpetrado, revelada pelo *modus operandi*, o qual, segundo o acórdão impugnado, consistiu no fato de que "o Paciente teria se aproveitado da fragilidade da vítima, menor de idade, para com ela manter relacionamento amoroso e, inclusive, relacionar-se sexualmente" (fl. 167), bem como na periculosidade do acusado, que "teria apresentado **comportamento agressivo em relação à vítima e sua família**" (fl. 168, grifei).

Na esteira do entendimento desta Corte, é justificada a constrição quando o "decreto da prisão preventiva evidencia a gravidade em concreto da conduta e a periculosidade do acusado que agiu com peculiar *modus operandi*" (HC n. 449.326/BA, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, DJe 5/4/2019).

Tais circunstâncias denotam, portanto, a existência de especificidades que demandam maior cautela no exame do caso, o que não se coaduna com o pedido *initio litis*, senão com o próprio mérito do *mandamus*,

# *Superior Tribunal de Justiça*

o qual será analisado no momento oportuno, razão pela qual **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau.

Depois, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

